

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (PÔSTER)

NOME: MARIANA SPELTZ ALBERNAZ

TÍTULO: FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA: PROSOPOGRAFIA, ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL E INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA

AUTORES: VERA LUCIA NOGUEIRA, MARIANA SPELTZ ALBERNAZ, JUNIA MARIA DOS SANTOS SILVA, MARIANA SPELTZ ALBERNAZ, VERA LÚCIA NOGUEIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq

PALAVRA CHAVE: PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, SÉCULO XIX; INSTRUÇÃO PÚBLICA; PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

RESUMO

Este trabalho integra o projeto de pesquisa "O Império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da província (1834-1889)" que investiga de que modo a alta rotatividade na ocupação do cargo de presidente impactou a instrução pública mineira. O foco deste trabalho é o presidente português Francisco José de Souza Soares de Andrea (1781-1858). Como fonte utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Província e os jornais disponíveis no acervo virtual da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ). Orientadas pelas perspectivas da historiografia da Educação e da História Política, empregamos como técnica de coleta de dados a Prosopografia e a metodologia consistiu em mapear, problematizar e cruzar as fontes. Constatamos que Soares de Andréa teve grande atuação administrativa, pois governou as províncias do Pará (1836), Santa Catarina (1839) e Rio Grande do Sul (1840 e 1848); aos 62 anos administrou Minas Gerais (1843) e, logo depois, a Bahia (1844). Foi deputado suplente do Pará (1839) e efetivo no Rio de Janeiro (1841). Era um político conservador considerado, por alguns jornais, como um administrador hábil, íntegro e justiceiro e bastante querido em Minas Gerais, mas, em outros jornais sua administração era duramente criticada, como no Pará, descrita como desastrosa e cheia de excessos. Ao longo de sua atuação, o presidente demonstrou preocupação com as questões da instrução pública, exigindo o cumprimento das leis, como em Minas, em 1844, quando questionou as despesas com a instrução e ameaçou fechar escolas de primeiras letras cuja frequência fosse de menos de 24 alunos. Durante seu período de governo adotou uma postura rígida em relação a instrução pública, fiscalizava avidamente se escolas seguiam as normas, como em relação ao uso dos subsídios, insistindo na punição dos professores que não seguissem as leis, como por exemplo no caso de negligência na implementação do Método Mútuo de ensino.